

# Não tem ARRREGO!

Servidores reagem a medidas repressivas dos tribunais e reafirmam a luta pela derrubada do veto ao PLC 28



## Comissão Paritária define carta de intenções e indica revogação da Portaria GP 45/15

Aprovado pela assembleia, documento será apresentado à presidente do TRT-2 nesta quinta-feira, 6

A primeira reunião da Comissão Paritária, formada por servidores, juízes de primeira instância e chefe de setor, que aconteceu nesta quarta-feira, 5, aprovou uma carta de sugestões para apresentar à Administração do TRT-2. O objetivo da carta é substituir a Portaria GP 45/2015 para que não haja prejuízo à greve dos servidores.

O documento, aprovado por consenso pela comissão, também foi aprovado, em seguida, na assembleia geral e será apresentado à desembargadora Sílvia Devonald nesta quinta-feira, 6, pelos representantes do Tribunal na comissão.

Os serviços que devem ser garantidos durante o movimento grevista foram explicitados na proposta. Além disso, a comissão decidiu que a portaria GP 45/15 deve ser revogada integralmente.

No seu lugar, deve surgir uma normatização com base nas sugestões apresentadas na carta.

Segundo a servidora da Justiça Trabalhista e diretora do Sintrajud Inês Leal, a comissão é um importante avanço no diálogo entre os servidores e a Administração do Tribunal. “Uma portaria que regule os serviços tem que ser discutida entre a Administração e nós, servidores, em comum acordo, para que não haja prejuízo ao nosso direito de greve”, afirmou. “Desde o início do movimento estamos mantendo os serviços essenciais; estamos dispostos a discutir os casos de possíveis excessos”, declarou.

A Comissão deve discutir esses casos e sua próxima reunião será no dia 26, no TRT-2. Confira a íntegra da carta no *site* do Sintrajud.

### Agenda Nacional

- 06/08 - 9h – Ato Nacional dos Servidores Públicos Federais, em Brasília.
- 11/08 – Ato em frente ao TST, durante homenagem a Lewandowski
- 12/08 – Reunião do Comando Nacional de Greve
- 18 a 21/08 - Caravanas a Brasília

### Agenda Estadual

- 06/08 - 10h30 – Caravana para Jundiaí - saída JF Santos
- 12h30 – Ato no TRE - Prédio Miquelina
- 13h – Caravana para Jundiaí - saída TRE Prédio Miquelina
- 14h – Ato na JF Jundiaí
- 20h - Aula na Faculdade de Direito da USP, com juiz Jorge Luiz Souto Maior
- 07/08 - 10h30 – Ato no Fórum de Execuções Fiscais
- 14h - Forró no Fórum de Execuções Fiscais
- 11/08 – Arrastão no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa
- 12/08 – 11h – Comando Estadual de Greve no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa
- 14h – Ato no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa
- 13/08 – 14h – Ato no Fórum Pedro Lessa
- 14/08 – 14h – Ato em Santos



# Greve sem descanso

Na luta para derrubar o veto ao PLC 28, servidores definem atividades para fortalecer o movimento e enfrentar a repressão

J.Duran Machfee

O momento é de fortalecer e ampliar a greve para pressionar o Congresso e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, a derrubar o veto ao PLC 28/2015 e para enfrentar os ataques contra a mobilização dos servidores. Essa é a conclusão a que chegaram os servidores do Judiciário Federal em São Paulo na Assembleia Geral realizada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, nesta quarta-feira, 5.

“Lewandowski não tem defendido nosso direito à reposição salarial”, afirmou a servidora do TRE e diretora do Sintrajud Raquel Morel Gonzaga, para quem a postura do presidente do STF complementa a política de ajuste fiscal do governo Dilma (PT).

A fim de impulsionar ainda mais a luta pela reposição, os servidores definiram uma série de atividades para os próximos dias, em sintonia com as manifestações programadas pelo Comando Nacional de Greve em Brasília (veja a agenda). Já nesta quinta-feira, haverá um ato no TRE Miquelina. Na JF Jundiaí, servidores da capital, do interior e da Baixada Santista se concentram para um protesto contra a repressão à greve.

## Busca de apoio

Prestes a completar dois meses, a greve atravessa dias

de crescente expectativa pela derrubada do veto, numa semana em que os parlamentares voltaram do recesso e os servidores do TRE engrossaram a mobilização.

Grupos de servidores têm feito plantão nos aeroportos de São Paulo e Brasília para acompanhar o embarque e desembarque dos deputados e senadores, a fim de lembrá-los do compromisso assumido com a categoria.

Ao mesmo tempo, a greve registra vitórias importantes contra a repressão desencadeada em diversos locais de trabalho. A decisão do TRT-2 de criar uma comissão paritária que propôs revogar a portaria GP 45/15 é uma das mais significativas dessas vitórias. Outra conquista foi a decisão do juiz federal corregedor que suspendeu a distribuição de mandados aos oficiais de justiça em greve na Central de Mandados Unificada (Ceuni) da JF (ver box).

“Foi fundamental que a greve tenha sido mantida para que a comissão pudesse dizer que os trabalhadores não vão aceitar essa ilegalidade”, destacou Inês Leal de Castro, servidora do Fórum Ruy Barbosa e diretora do Sintrajud, referindo-se à Portaria do TRT. “Os trabalhadores da Justiça Trabalhista da 2ª Região deram um exemplo para todo o

Brasil de como se deve reagir às arbitrariedades e ilegalidades das administrações dos tribunais.”

## Greve cresce no TRE

No Eleitoral, a primeira semana de greve por tempo indeterminado teve a adesão de servidores de setores estratégicos. Apenas as chefias trabalharam na seção de Engenharia e Arquitetura e na coordenação de Gestão e Manutenção Predial.

Há setores da Secretaria de Tecnologia da Informação que aderiram à greve; em alguns deles a adesão é de cerca de 80%. Os servidores dos cartórios eleitorais, na capital e no interior, estão sendo convocados a se juntar ao movimento.

Durante a assembleia, o advogado César Lignelli, do departamento jurídico do Sintrajud, explicou aos servidores os desdobramentos da publicação do acórdão do ministro Gilmar Mendes sobre o julgamento dos quintos, ocorrido em março. O advogado salientou que a incorporação dos quintos não deve cair, já que nenhum ato administrativo foi atacado pela decisão.

O Sintrajud reafirma sua posição de lutar política e juridicamente para que a decisão do STF não incida sobre ações em execução ou ameacem os valores incorporados.



Por unanimidade, servidores decidem manter greve e aprovam carta de intenções que deve revogar a Portaria GP 45/15

## Vitória dos oficiais na Ceuni

Na Justiça Federal, a greve dos servidores obteve na semana passada mais uma vitória. A Central de Mandados Unificada (Ceuni) havia distribuído os mandados judiciais dos oficiais que aderiram ao movimento.

Em resposta a uma petição do Sintrajud, o juiz federal corregedor da Ceuni em exercício, Higino Cinacchi Júnior, determinou que

esses mandados não sejam distribuídos.

“Não se mostra razoável nem útil exigir que servidor em greve compareça à reparição para receber serviço”, diz o despacho do juiz.

“É mais uma vitória dos trabalhadores! Viva a unidade dos servidores e viva os que lutam!”, enfatizou Erlon Sampaio, oficial de justiça da JF e diretor do Sintrajud.”

## Em dia de protestos no DF, reajuste é tema de reunião fechada no STF

Servidores em greve dos estados e do DF voltam a pressionar o STF; presidentes dos tribunais superiores se reuniram com Lewandowski

Por Hécio Duarte Filho

Em meio a nova jornada de manifestações dos servidores do Judiciário Federal e do MPU do Distrito Federal e de outros estados em frente ao STF, o ministro Ricardo Lewandowski se reuniu, na noite de quarta-feira (5), com presidentes dos demais tribunais superiores a portas fechadas para tratar do reajuste salarial da categoria. O Sintrajud participou do protesto na capital federal.

Os trabalhadores tentaram, sem sucesso, que as representações sindicais fossem recebidas por Lewandowski. Ao final, os servidores conseguiram falar com os presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Francisco Falcão,

e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio Levenhagen, na saída deles da reunião, e questionaram sobre o resultado da conversa.

Os ministros se esquivaram e alegaram que nada poderiam falar em termos de propostas e que isso decorria de solicitação do próprio Lewandowski, para não “atrapalhar” as negociações. Limitaram-se a dizer que em breve os servidores receberiam “boas notícias”. Em momento algum mencionaram percentuais ou prazos.

A reunião que chegou a ser apontada para acontecer na segunda-feira, segundo um jornal fluminense, foi divulgada na agenda oficial do presidente do STF poucas horas antes de acontecer. Nela

constava a informação de que a pauta do encontro seria o reajuste salarial dos servidores, procedimento pouco comum ao tribunal em relação a reuniões relacionadas a questões como essa.

A assessoria de comunicação do STF, ao informar sobre a agenda, disse à reportagem que a reunião seria fechada.

Os servidores vêm criticando a falta de transparência nas negociações e reivindicam participação nas reuniões com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) e que o presidente do STF receba a federação nacional (Fenajufe).

A influência da pressão e da greve dos servidores sobre esse processo, no entanto, parece evidente. “A greve e a

mobilização pela aprovação do PLC 28 e agora para derrubar o veto vêm pressionando os tribunais superiores e isso [influencia] nas negociações”, avaliou Tarcísio Ferreira, servidor do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Barra Funda) em São Paulo e dirigente da Fenajufe.

Ele é um dos servidores que abordou os ministros ao final da reunião no gabinete de Lewandowski. “E toda essa mobilização vem mostrando para os presidentes dos tribunais superiores que a categoria não aceitará uma proposta rebaixada”, disse, ressaltando que a continuidade da greve e dessa pressão sobre os parlamentares pela derrubada do veto é fundamental para um desfecho favorável nessa luta.